

## ÉTICA PARA A LIBERDADE: INTERCONEXÕES ENTRE POLÍTICA E EDUCAÇÃO EM ROUSSEAU

Luciano da Silva Façanha<sup>1</sup>  
Sannyia Fernanda Nunes Rodrigues<sup>2</sup>  
Antonio Carlos Borges da Silva<sup>3</sup>

### Resumo

Este artigo objetiva uma análise acerca de uma ética para a liberdade em Rousseau evidenciando suas interconexões com a política e a educação. Para Rousseau, o homem é livre no estado de natureza e vive à semelhança dos outros animais, isto é, vive de modo solitário e passa todo seu tempo na fruição da natureza e não tem outras necessidades que não sejam as necessidades naturais. No entanto, a partir do seu desenvolvimento histórico, o homem perde sua liberdade e se põe na dependência dos outros, tornando-se desse modo prisioneiro de suas paixões e renuncia à sua liberdade. Rousseau defenderá uma orientação das ações humanas pautadas na ética da liberdade para as quais a educação política terá um papel fundamental na consecução dessa finalidade.

**Palavras-chave:** Rousseau; ética; política; educação; liberdade.

### Abstract

This article aims at analyzing an ethic for freedom in Rousseau, highlighting its interconnections with politics and education. For Rousseau, man is free in the state of nature and lives in the likeness of other animals, that is, lives in a solitary way and spends all his time in the enjoyment of nature and has no other necessities than natural needs. However, from its historical development, man loses his freedom and puts himself in dependence on others, thus becoming a prisoner of his passions and renouncing his freedom. Rousseau will defend an orientation of human actions based on the ethics of freedom, for which political education will play a fundamental role in achieving this goal.

**Keywords:** Rousseau; ethic; policy; education; freedom.

---

<sup>1</sup> Professor Associado II do Departamento de Filosofia, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pós-doutor em Filosofia pela PUC-SP. Email: luciano.facanha@ufma.br

<sup>2</sup> Professora Adjunta da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), ligada ao Departamento de Educação e Filosofia. Mestra e doutora em Multimídia em Educação pela Universidade de Aveiro, Portugal. Email: rodriguessannyia@gmail.com

<sup>3</sup> Professor de Inglês, Português e Literatura Brasileira na Rede Privada de Educação Básica. Mestre em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Email: carlosfile@yahoo.com.br

## Introdução

Este artigo objetiva analisar as correlações existentes entre uma ética pensada para a liberdade evidenciando os pontos de articulações com a política e a educação em Rousseau. Para Rousseau, a moral é um meio pelo qual ainda é possível ao homem resgatar sua liberdade perdida pela artificialização das paixões. O homem é livre no estado de natureza e vive à semelhança dos outros animais, isto é, vive de modo solitário e passa todo seu tempo na fruição da natureza e não tem outras necessidades que não sejam as necessidades naturais. No entanto, a partir do seu desenvolvimento histórico, o homem perde sua liberdade e se põe na dependência dos outros, tornando-se desse modo prisioneiro de suas paixões e acaba por renunciar (*in*)voluntariamente à sua liberdade. Rousseau defenderá uma orientação das ações humanas pautadas na ética da liberdade em que tanto a educação quanto a política se tornarão meios exequíveis para a libertação do homem do próprio homem.

Portanto, defende-se que o pensamento de Rousseau não pode ser dissociado do fato de nele haver de forma incontestada um profundo e recorrente senso moral. Nos seus escritos ele sempre expusera uma forte argumentação com viés ético de forma a evidenciar a centralidade do problema da degeneração moral do homem. O convite da Academia de Dijon (1750) deu ensejo para que Rousseau levantasse graves objeções aos argumentos da maioria dos acadêmicos de sua época. Na dissensão com o otimismo iluminista sobre a possibilidade de a razão retirar o homem da ignorância e da servidão, Rousseau lança uma crítica voraz com a autoridade de quem se dispusera a analisar a natureza humana e descobrira nela uma clara degeneração progressivamente estimulada no percurso da história. Assim, se quisermos, pois, conhecer as causas das mazelas sociais, basta buscar no homem natural sua antípoda social. Desse modo, o tema do elogio da natureza em detrimento da crítica à civilização será um dos eixos temáticos que transpassará todo o pensamento do genebrino. No *Emílio*, o autor já advertira que "tudo é certo em saindo das mãos do Autor das coisas, tudo degenera nas mãos do homem" (ROUSSEAU, 1995, p. 10).

Por conseguinte, Rousseau acredita que a causa da infelicidade de seu tempo é justamente a depravação das almas que ocorreu na exata medida do progresso das ciências. Quanto mais as ciências e as artes se aperfeiçoam, tanto mais o homem se degenera. Nesse sentido Rousseau confunde propositadamente o termo perfeição. O homem está perfeitamente corrompido na medida de sua imperfeição moral. Tal estado de coisas só poderá redundar inequivocamente na infelicidade. Com efeito pergunta Rousseau (1973, p. 345): "Dir-se-á uma infelicidade própria de nossa época? Não, Senhores, os males causados por vossa vã

curiosidade são tão velhos quanto o mundo". Para Rousseau, o único benefício da natureza é a ignorância. Pois todos os males advêm da curiosidade pueril.

No estado de natureza rousseauiano, o homem é destituído de toda ação do ponto de vista ético; no estado civil, passa a vigorar o imperativo moral por força da sociabilidade. Rousseau, segundo acreditamos, não enxerga a cisão ontológica entre o mundo social e a natureza de modo que tentará demonstrar que é possível reabilitar a consciência moral inscrita na natureza humana.

Para Rousseau o homem é perfectível. Isto é, ele é inteiramente habilitado para, no decorrer do tempo, desenvolver suas capacidades ou potencialidades, para o bem ou para o mal. Conforme aponta Becker (2013, p. 36):

A perfectibilidade não possui sentido definido, ela pode se dar para o bem ou para o mal e nesse sentido, acarretar um verdadeiro progresso ou um recrudescimento da corrupção do homem, no momento em que este empreende o processo de sociabilidade. Ela será direcionada pela livre escolha do homem, nesse sentido, contra os detratores da natureza humana que apregoavam que o mal-estar vivenciado por este é fruto da herança maldita de Adão e Eva e que está inscrita para sempre em nosso destino; Rousseau dirá que se trata antes de um problema ético, do direcionamento que damos à nossa liberdade e dos conhecimentos que orientam nossas ações. Conforme Cassirer, —essa tarefa ética que Rousseau atribui à política – e esse imperativo ético ao qual ele a subordina – é o seu ato verdadeiramente revolucionário. E com ele permanece sozinho em seu século.

Portanto, pensar as dimensões ético-política e educacionais humanas tais como foram propostas por Rousseau é, antes de tudo, pensar o próprio homem em sua essência mesma, enquanto ser livre.

Em 1750, Rousseau escreve *O discurso sobre as ciências e as artes* motivado por um concurso organizado pela Academia de Dijon no qual se propõe a analisar se restabelecimento das ciências e das artes terá contribuído para aprimorar os costumes? Rousseau não desperdiçará a oportunidade para defender seu posicionamento ético:

Quando os acadêmicos de Dijon (1750) propuseram o tema do reflorescimento das letras e das artes, esperavam de todos um elogio acalorado para a ciência e a tecnologia que trouxeram e sempre trariam evidentes e automáticos benefícios à humanidade. Surpreendentemente, Rousseau respondeu pela negativa: entre a ética e a política se interpõe o livre arbítrio; não basta poder para querer, pois as razões do coração têm sua “misteriosa” lógica. (NOSELLA, 2008, p. 255).

Não restam dúvidas de que para o filósofo o progresso, por si só, não é capaz de responder aos males da humanidade e que os benefícios que lhe trouxera fora às custas do mal

que lhe causara. Feitas as contas, a humanidade está em desvantagem. Rousseau compreende os rumos que estão tomando as sociedades políticas renunciando as revoluções que viriam.<sup>4</sup>

### **Natureza e Educação: o amor de si**

Segundo nossa interpretação, há em Rousseau um binômio entre natureza e educação, sendo esta última entendida como sinônimo de cultura. Rousseau demonstrara no *Segundo Discurso* que o homem tem se afastado gradualmente de sua verdadeira natureza por meio do progresso subvertendo a lei natural. Porém, Rousseau não vê, contra aqueles que nada têm a esperar do futuro, uma ordem natural inexorável que paralisa a vontade humana e neutraliza toda e qualquer possibilidade de mudança. Isso seria naturalizar injustificadamente a injustiça e a desigualdade. É justamente a isso que Rousseau fará objeção. Se há desigualdade na natureza, ela é de ordem puramente natural. Parece óbvio, mas seus contemporâneos, partindo dessa mesma premissa, chegavam a uma conclusão oposta, ou seja, que a desigualdade é justificável exatamente porque ela é natural e não porque seja uma consequência da civilização. A sociedade nada mais fez do que reproduzir as próprias condições de desigualdade do estado de natureza.

À educação cabe a tarefa de auxiliar o homem no (re)conhecimento de sua natureza primitiva, de sua essência ontológica.<sup>5</sup> Desse modo, há a necessidade de que o homem seja formado, isto é, educado. Mas não basta se chegar a esta constatação. É necessário ir mais adiante e perguntar sobre qual o tipo de educação é a mais adequada ao homem.

O homem, ao contrário dos outros animais não nasce com a capacidade para sobreviver sozinho. O momento do nascimento já é, em si mesmo, um momento educativo; o homem é educado pela própria natureza no sentido de que ela própria já constituiu os homens com as habilidades que lhes possibilitam despertar nos outros os cuidados de si.

É um fato que o homem necessita dos cuidados ao nascer para que não pereça; e é nesse sentido que os adultos dirigirão seus esforços para atender aos cuidados da criança. É, pois, a natureza que educa o homem primeiramente. Assim, Rousseau afirma:

---

<sup>4</sup> Cf.: STAROBINSK, 2011, p 37: “Rousseau situa-se, em seu século [XVIII], entre os escritores que contestam os valores e a estrutura da sociedade monárquica. Por mais distintos que tenham sido, a contestação cria entre esses autores uma semelhança e lhes dá um ar de fraternidade: cada um deles poderá ser considerado, a algum título, como um agente ou anunciador da próxima Revolução”.

<sup>5</sup> ROUSSEAU, 1995, p. 12: “É, pois, a essas disposições primitivas que tudo se deveria reportar; e isso seria possível se nossas três educações fossem tão-somente diferentes: mas que fazer quando são opostas? Quando, ao invés de educar um homem para si mesmo, se quer educá-lo para os outros? Então o acerto se faz impossível. Forçado a combater a natureza ou as instituições, cumpre optar entre fazer um homem ou um cidadão, porquanto não se pode fazer um e outro ao mesmo tempo”.

Amanham-se as plantas pela cultura e os homens pela educação. Se o homem nascesse grande e forte, seu porte e sua força seriam inúteis até que ele já tivesse aprendido a deles servir-se. Ser-lhe-iam prejudiciais, impedindo os outros de pensar em assisti-lo e, abandonado a si mesmo, ele morreria de miséria antes de ter conhecido suas necessidades. Deplora-se o estado da infância; não se vê que a raça humana teria perecido se o homem não começasse sendo criança. Nascemos fracos, precisamos de força; nascemos desprovidos de tudo, temos necessidade de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer, de que precisamos adultos, é-nos dado pela educação. (ROUSSEAU, 1995, p. 10).

Rousseau reconhece então três sentidos distintos na relação entre natureza e educação. Esses sentidos são, a saber, a educação da natureza, a educação dos homens e a educação das coisas. O resultado da ação combinada desses três tipos de educação será o mais próximo do modelo ideal de perfeição moral. Portanto, esses três sentidos estão correlacionados entre si e concorrem conjuntamente para a formação integral humana:

Essa educação nos vem da natureza, ou dos homens ou das coisas. O desenvolvimento interno de nossas faculdades e de nossos órgãos é a educação da natureza; o uso que nos ensinam a fazer desse desenvolvimento é a educação dos homens; e o ganho de nossa própria experiência sobre os objetos que nos afetam é a educação das coisas. Cada um de nós é, portanto, formado por três espécies de mestres. O aluno em quem as diversas ações desses mestres se contrariam é mal-educado e nunca estará de acordo consigo mesmo; aquele em quem todas visam os mesmos pontos e tendem para os mesmos fins, vai sozinho a seu objetivo e vive em consequência. Somente esse é bem-educado. (ROUSSEAU, 1995, p. 11).

A educação da natureza, por dedução, não está em poder dos homens; logo eles não detêm nenhum controle sobre seu processo. Quanto à educação das coisas, apenas parcialmente depende da interferência humana sendo que a única forma de educação sobre a qual o homem pode ser senhor é a educação dos homens:

Ora, dessas três educações diferentes a da natureza não depende de nós; a das coisas só em certos pontos depende. A dos homens é a única de que somos realmente senhores e ainda assim só o somos por suposição, pois quem pode esperar dirigir inteiramente as palavras e as ações de todos os que cercam uma criança? (ROUSSEAU, 1995, p. 11).

O homem deve agir livre e conscientemente, isto é, precisa entender as razões e as consequências de suas ações. É nesse ponto que a educação consegue se articular com a política para possibilitar estratégias educativas com vistas à formação cultural humana, isto, com vistas à modificação de sua natureza já desnaturada, transformando-a em cultura.

Assim, segundo Rousseau, a meta<sup>6</sup> da educação deverá ser justamente a aproximação, o máximo possível, do homem civilizado ao homem natural.

Para Soëtard, a educação assume a dupla tarefa de valorização da natureza através da experiência sensível, mas ao mesmo tempo deve reprimir certas paixões desenfreadas que tendem a não obedecer aos limites impostos a elas. Trate-se de uma síntese entre o controle das paixões que devem ser estabilizadas pela via da razão:

[...] Toda aprendizagem, seja intelectual ou ética, deve ocorrer em contato com as “coisas”, deve ser “indireta”. De fato, para Rousseau, o homem é educado pela “natureza”, pelas “coisas” e pelos “homens”. Uma educação correta exige a valorização da natureza e das coisas e a eliminação da influência dos homens. Assim, às coisas é solicitado o papel de exercer uma coerção entre os instintos e a liberdade infantil, de criar limites à sua expressão e de elaborar sua regulamentação precisa (SOËTARD, 2010, p. 351-352).

Para Rousseau, uma boa educação deveria resgatar o estado primitivo humano. Ensinar-lhe aquilo de que as instituições, por força dos maus costumes, apagaram-lhe da alma que é o puro sentimento:

Nascemos sensíveis e desde nosso nascimento somos molestados de diversas maneiras pelos objetos que nos cercam. Mal tomamos por assim dizer consciência de nossas sensações e já nos dispomos a procurar os objetos que as produzem ou a deles fugir, primeiramente segundo nos sejam elas agradáveis ou desagradáveis, depois segundo a conveniência ou a inconveniência que encontramos entre esses objetos e nós, e, finalmente, segundo os juízos que fazemos deles em relação à [ideia] de felicidade ou de perfeição que a razão nos fornece. Essas disposições se estendem e se afirmam na medida em que nos tornamos mais sensíveis e mais esclarecidos; mas, estrangidas por nossos hábitos, elas se alteram mais ou menos sob a influência de nossas opiniões. Antes dessa alteração, elas são aquilo a que chamo em nós a natureza. (ROUSSEAU, 1995, p. 12).

Afigura-se nessa passagem já o apelo ao sentimento que será característica marcante do Romantismo cujo ponto fundamental era a crítica da razão instrumental e sua concepção de verdade a partir dos sentidos. O homem é, antes de tudo, um animal que sente.

Rousseau extrai uma consequência da ideia de retorno da educação a uma condição primitiva do homem. É necessário diferenciar o homem do cidadão. Essa é uma questão fundamental na proposta de formação rousseauiana. O homem se degenerou a tal ponto de não se reconhecer mais nem homem nem cidadão.

---

<sup>6</sup> ROUSSEAU, 1995, p. 11: “Que meta será essa? A própria meta da natureza; isso acaba de ser provado. Dado que a ação das três educações é necessária à sua perfeição, é para aquele sobre a qual nada podemos que cumpre orientar as duas outras”.

Educar para si, significa educar para a liberdade. Educar para os outros é educar para a infelicidade. Não se necessita menos do cidadão que do homem. Cumpre observar que o cidadão, nesse caso, é o verdadeiro homem. O cidadão neste caso é o homem abstraído de seus maus hábitos. Somente no cidadão, portanto, é possível ainda se vê o homem natural:

O homem civil não passa de uma unidade fracionária presa ao denominador e cujo valor está em relação com o todo, que é o corpo social. As boas instituições sociais são as que mais bem sabem desnaturar o homem, tirar-lhe sua existência absoluta para dar-lhe outra relativa e colocar o *eu* na unidade comum, de modo que cada particular não se acredite mais ser um, que se sinta uma parte da unidade, e não seja mais sensível senão no todo. (ROUSSEAU, 1995, p. 12).

Rousseau distingue o amor próprio que domina o homem civilizado do amor de si do homem no estado de natureza. O amor de si era operante na natureza do homem selvagem. O amor de si, segundo Rousseau é um princípio natural. Portanto, anterior a todo pensar humano. Não é como ensinavam os sábios de sua época que viam o homem no estado de natureza pela ótica do homem civilizado. O amor de si está inscrito na natureza humana, isto é, é faculdade ligada ao seu mecanismo biológico e à sua alma.

Mesmo o animal irracional é capaz de demonstrar em muitas circunstâncias repulsa pela violência ou pelo confronto desnecessário. Um leão, por exemplo, não ataca sem antes avaliar os riscos potenciais envolvidos em uma luta. O risco de sair ferido é com certeza uma motivação natural que o dissuade de empreender certas lutas imotivadas. Vê-se que a lei da conservação das espécies prescreve diretrizes a todos os animais. Parece, igualmente válido para o homem. Ela o constitui com as faculdades do amor de si.<sup>7</sup>

Portanto, o amor de si consiste na comisseração, no caso do homem, e na afetação sensível temporária no caso dos outros animais ao ver padecer um ser vivo de qualquer espécie ainda mais um da sua própria.

Na natureza pode-se observar como os animais demonstram que, se não possuem uma consciência piedosa tal qual os humanos, é visível que eles sejam afetados pela sensação de que poderíamos comparar à piedade do homem natural, narrada no *Segundo Discurso*.

### **Ética, Política e Liberdade: o homem sociável**

<sup>7</sup> ROUSSEAU, 1999, p. 323: “Não se deve confundir o amor-próprio e o amor de si mesmo, duas paixões muito diferentes por sua natureza e por seus efeitos. O amor de si mesmo é um sentimento natural que leva todo animal a zelar pela própria conservação e que, dirigido no homem pela razão e modificado pela piedade, produz a humanidade e a virtude. O amor próprio não passa de um sentimento relativo, factício e nascido na sociedade, que leva cada indivíduo a dar mais importância a si do que a qualquer outro, que inspira aos homens todos os males que se fazem mutuamente e é a verdadeira fonte da honra”.

O homem no estado civilizado já não demonstra mais o amor de si, pois sua essência tem se degenerado ao longo da história. Neste estado, o *amor de si* hipertrofiou-se cedendo transformando-se em amor-próprio (*aimer-propre*), seu equivalente funcional, que será aguçado com o advento da sociedade. O homem no estado civil está totalmente entregue ao pensar. Já não age mais pelo simples desejo de satisfação de suas necessidades básicas da qual todos os animais têm; o homem social cuida de subjugar os outros na ilusão de garantir sua própria liberdade. Com certeza, a maior ameaça agora começa a ser o seu semelhante de quem, pelo progresso natural, ele tem conhecimento.

Como Rousseau aponta degeneração em tudo que diz respeito ao progresso da civilização, ele também vai apontar a corrupção do *amor de si* ou sua manifestação prática que é a piedade. Esse sentimento naturalmente presente no homem deixa de funcionar assim que ele trava relações sociais com os outros. Em seu lugar será desenvolvido o amor próprio que terá como consequência a vaidade. A vaidade é a capacidade que os homens possuem de camuflarem seus verdadeiros sentimentos ou intenções e revelar somente aquilo que lhe for conveniente conforme a ocasião sempre com a intenção de mostrarem aos outros aquilo que não são. Desse modo, demonstrar tristeza pública pela perda ou a dor de alguém deverá ser incentivado para demonstrar piedade. É a piedade pela piedade. Uma piedade vazia de si. Ou seja, é o mundo da aparência e não da transparência. De autêntico, o homem passar a ser fingido. E ele vai fingir porque é isso que esperam dele uma vez que todos fingem. Assim, se educam as crianças desde cedo com base na mentira. As fábulas são um exemplo perfeito dessa grande mentira social. A fábula mostra muitas vezes os homens praticando uma série de atos impróprios e que não servem a educação do homem. Pelo contrário, lhe tiram, por força do hábito mental, a noção de bem e de mal verdadeiro. Quando é lícito mentir ou dizer a verdade? Tudo isso se dá no momento que o homem desenvolve sua racionalidade. Tudo passa a ser calculado. Para Rousseau essa é uma descoberta dolorosa e cruel, mas é a verdade.

Cassirer aponta que é necessário subverter radicalmente a ordem social para que de fato a liberdade ética possa vigorar. Isso implica em submeter o homem à lei e não à lei aos homens. Neste último caso não pode haver liberdade tampouco um *ethos* que forneça parâmetros para o ajuste da conduta humana:

A liberdade espiritual não traz nenhum proveito ao homem sem a liberdade ética, mas a liberdade ética não pode ser alcançada sem uma transformação radical da ordem social, uma transformação que destruirá toda arbitrariedade e que, de modo exclusivo, conseguirá fazer vencer a necessidade interior da lei. (CASSIRER, 1999, p. 397).



Concordamos com Cassirer quando este afirma que Rousseau libertou a ética da esfera metafísica pura e a inscreveu na esfera da política. Desse modo, entendemos que para Rousseau, o imperativo moral do dever não pode estar fora do campo de abrangência da autoridade legal. A lei enquanto expressão da vontade geral deverá necessariamente constri-lo o indivíduo e circunscrever suas ações dentro dos estritos limites da lei. Pois o homem não pode ser visto como um indivíduo dentro da coletividade, mas sim como reunindo todas as vontades em si mesmo a que Rousseau denomina de vontade geral. Desse modo, cabe ao homem, na esfera política, retomar uma vida mais justa e solidária, pois como pode ser historicamente observável, os progressivos civilizatórios causaram mais males do que benefícios aos homens:

Foi ao atribuir esta tarefa ética à política, ao subordinar a política a este imperativo ético que Rousseau realizou seu ato verdadeiramente revolucionário. Com esse ato, ergueu-se, solitário, no seu século. Ele não era de modo algum nem o primeiro nem o único homem a sentir os graves males políticos e sociais do seu tempo e expressar-se abertamente a respeito deles. (CASSIRER, 1999, p. 404).

Rousseau propõe a necessidade de se educar o homem a partir de uma perspectiva natural, ou seja, de encontrar na cadeia de razões naturais aquelas que revele o homem em seu estado anterior ao progresso da razão. Para Rousseau (1999, p. 266), “[...] é preciso estudar a sociedade pelos homens, e os homens pela sociedade: os que quiserem tratar separadamente da política e da moral nunca entenderão nada de nenhuma das duas”.

Conclui-se diante do exposto que para Rousseau, a ação moral pressupõe necessariamente uma ação educativa; portanto, uma ação política, pois o resultado da ação educativa deverá ser a formação do cidadão. Se uma sociedade desejar formar seus membros dentro de certos valores éticos, poderá e deverá ensiná-los comportamentos éticos. Desse modo, é perfeitamente justo esperar que uma ação educativa consciente de si mesma possa perfeitamente submeter os vícios e paixões humanas ao domínio de uma conduta moral.

A representação usada por Rousseau do homem no estado de natureza demonstra o papel importante da educação para o fortalecimento dos costumes. Ela é capaz de aperfeiçoá-los, mas também é igualmente capaz de degenerá-los.

Entretanto, Rousseau insiste que a natureza humana é receptiva, pois o homem é perfectível e é em decorrência dessa qualidade, que aliás, é uma das qualidades que o distingue dos outros animais na ordem de desenvolvimento da escala biológica, que possibilita uma ação educativa capaz de refrear ou inibir as forças das suas paixões. Mas ao invés disso, a sociedade tem aperfeiçoado os métodos de hiperdesenvolvimento do caráter

maléfico da sociabilidade cultivando não a essência, mas a aparência das coisas como virtude ética. Assim, o homem civil, esquecendo-se de sua essência, tornou-se mestre na arte da hipocrisia e da aparência. O homem, ao contrário dos outros animais é um ser histórico, portanto, um ser capaz de agir conscientemente na natureza, de criar e recriar suas próprias condições de existência no mundo da cultura. É capaz de educar-se e de progredir indefinidamente pois possui a faculdade da perfectibilidade que lhe permite isso. Contudo, desenvolvimento progressivo alcançado nas ciências e nas artes não pode levar o homem a afastar-se da natureza e pervertê-lo a ponto de degenerar sua liberdade, pois "nossas almas se corromperam à medida que nossas ciências e nossas artes avançaram no sentido da perfeição" (ROUSSEAU, 1983, p. 337).

Portanto, tem-se que o homem é o único responsável por sua liberdade que, enquanto ação consciente, deverá ser assegurada somente na esfera política. Por essa razão, a educação, entendida como formadora de cidadãos, deverá ter um caráter público no sentido de que as normas inspiradas por ela deverão dissolver o individualismo e instituir os valores éticos fundamentados na justiça e na igualdade.

Somos da opinião de que Rousseau não era contra o progresso em si mesmo, mas sim contra suas implicações morais. Contra o sentido que esse progresso tomou na história. Longe de criticar o pessimismo rousseauiano caberia, outrossim, perguntar sobre a utilidade ética das ciências e das artes. Perguntar por exemplo, que utilidade teria um *smartphone* de última geração para um selvagem que habita isolado nas copas das árvores esquecido entre a floresta uma gravura de um pintor famoso em que se gastam quantias exorbitantes para servir ao simples prazer e ao prestígio de quem o detém ou mesmo todo o ouro ou toda a prata do mundo? Nenhuma. Desse modo, Rousseau esclarece que foi a educação a responsável por desenvolver nos homens suas paixões e conseqüentemente suas comodidades que dependem da técnica. Com o progresso veio o luxo que nutre as paixões e escraviza os homens porque "raramente [este se] apresenta sem as ciências e as artes, e estas jamais andam sem ele" (ROUSSEAU, 1983, p. 344).

Acerca dessa questão nos parece bastante esclarecedora a nota explicativa de Arbousse-Bastide (1983, p. 354) que acompanha a introdução ao Discurso sobre as ciências e as artes no qual o autor resume a questão do seguinte modo:

As ciências e a filosofia causam mais mal do que bem: seria, porém, inútil suprimi-las - os homens tornar-se-iam pobres e ignorantes, mas continuariam igualmente corruptos: seria a barbárie. Pelo contrário, impõe-se uma legislação apropriada à cultura.

Desse modo, antes de objetar o pessimismo de Rousseau sobre a educação, é necessário contrapor o otimismo de quem espera que apenas o progresso por si mesmo será capaz de melhorar a espécie humana ignorando todas as implicações éticas que ele acarreta. A julgar pela história, os presságios não são bons.

## REFERÊNCIAS

BECKER, Evaldo. Natureza, Ética e Sociedade em Rousseau. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, [S.l.], n. 21, p. 31-42, july 2013. ISSN 2317-806X. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/58318>>. Acesso em: 23 june 2017.

CASSIRER, Ernst. 1874-1945. *A questão Jean-Jacques Rousseau*. Tradução Erlon José Paschoal, Jézio Gutierre; revisão da tradução Isabel Maria Loureiro. - São Paulo: Editora UNESP, 1999. - (Biblioteca básica)

NOSELLA, Paolo. ÉTICA E PESQUISA. *Educ. Soc., Campinas*, vol. 29, n. 102, p. 255-273, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 23 june 2017.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Tradução Maria Ermantina Galvão; cronologia e introdução Jacques Roger. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999 - (Clássicos).

\_\_\_\_\_. *Discurso sobre as ciências e as artes*. Tradução de Lourdes Santos Machado; introduções e notas de Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado. 3ª edição. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores)

\_\_\_\_\_. *Emílio ou da Educação*. Tradução de Sérgio Milliet. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOËTARD, Michel. *Jean-Jacques Rousseau*. Tradução: Verone Lane Rodrigues Doliveira. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores)

STAROBINSKI, Jean. *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo; seguido de sete ensaios sobre Rousseau*. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Recebido em: 05/09/2021

Aprovado em: 20/12/2021